

A POLÍTICA LINGUÍSTICA E O CAMPO DA INCLUSÃO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

LANGUAGE POLICY AND THE FIELD OF INCLUSION: INITIAL APPROACHES

LA POLÍTICA LINGÜÍSTICA Y EL CAMPO DE LA INCLUSIÓN: APROXIMACIONES INICIALES

39

Ana Rita Pontes BeviláquaUniversidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
<https://orcid.org/0009-0007-7979-9941>**Adriano Ferreira Nobre**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
<https://orcid.org/0000-0002-0633-7662>

Resumo: Este ensaio apresenta um panorama da Política Linguística, destacando sua complexidade enquanto campo vinculado à Ciência Política e sua relação com o campo da inclusão. Compreende-se a política linguística como um conjunto de decisões, leis e práticas voltadas à implementação de mudanças linguísticas na sociedade, articuladas ao planejamento linguístico. O texto evidencia que esse campo envolve relações de poder, direitos linguísticos e a preservação do patrimônio cultural de comunidades minoritárias. A partir de revisão de literatura, discute-se como as escolhas lexicais influenciam a formação da identidade dos sujeitos, podendo reforçar estigmas e processos de exclusão. Analisa-se, especialmente, o modo como termos associados à loucura e às condições neurodivergentes foram historicamente utilizados de forma pejorativa, refletindo contextos sociopolíticos específicos e contribuindo para a marginalização desses indivíduos. Conclui-se que as políticas linguísticas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão social ao possibilitar a ressignificação de terminologias e a superação de discursos discriminatórios. Defende-se, portanto, a ampliação de estudos que articulem política linguística e inclusão, especialmente nos campos da educação, da saúde e das políticas públicas, como forma de garantir direitos e fortalecer a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Política Linguística. Inclusão. Identidade. Estigma.

Abstract: This essay presents an overview of Language Policy, highlighting its complexity as a field linked to Political Science and its relationship with inclusion. Language policy is understood as a set of decisions, laws, and practices aimed at implementing linguistic changes in society, articulated with language planning. The text emphasizes that this field involves power relations, linguistic rights, and the preservation of the cultural heritage of minority communities. Based on a literature review, the study discusses how lexical choices influence the construction of subjects' identities and may reinforce stigmas and processes of exclusion. It particularly analyzes how terms historically associated with madness and neurodivergent conditions have been used pejoratively, reflecting specific sociopolitical contexts and contributing to the

marginalization of these individuals. The essay concludes that language policies play a fundamental role in promoting social inclusion by enabling the resignification of terminology and the overcoming of discriminatory discourse. It therefore advocates for further studies connecting language policy and inclusion, especially in education, health, and public policy, as a means of ensuring rights and fostering a more just and inclusive society.

Keywords: Language Policy. Inclusion. Identity. Stigma.

Resumen: Este ensayo presenta un panorama de la Política Lingüística, destacando su complejidad como campo vinculado a la Ciencia Política y su relación con la inclusión. Se entiende la política lingüística como un conjunto de decisiones, leyes y prácticas orientadas a la implementación de cambios lingüísticos en la sociedad, articuladas con la planificación lingüística. El texto subraya que este campo implica relaciones de poder, derechos lingüísticos y la preservación del patrimonio cultural de comunidades minoritarias. A partir de una revisión de la literatura, se analiza cómo las elecciones léxicas influyen en la construcción de la identidad de los sujetos y pueden reforzar estigmas y procesos de exclusión. Se examina especialmente cómo los términos históricamente asociados a la locura y a las condiciones neurodivergentes han sido utilizados de forma peyorativa, reflejando contextos sociopolíticos específicos y contribuyendo a la marginación de estas personas. Se concluye que las políticas lingüísticas desempeñan un papel fundamental en la promoción de la inclusión social al posibilitar la resignificación de terminologías y la superación de discursos discriminatorios. Por ello, se defiende la ampliación de estudios que articulen política lingüística e inclusión, especialmente en los ámbitos de la educación, la salud y las políticas públicas, como estrategia para garantizar derechos y fortalecer la construcción de una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras-clave: Política Lingüística; Inclusión; Identidad; Estigma.

INTRODUÇÃO

Ainda que, rotineiramente, a política linguística seja associada à “*militância linguística*”, é importante ressaltar que ela é muito mais complexa e, apesar de estarem intimamente relacionadas, não se resume somente ao ativismo político. Trata-se de um ramo da política e o seu campo de atuação é a própria ciência política, o que se distancia da ideia de que política linguística tem a ver com a Linguística (Rajagopalan, 2009).

Nesse contexto, a política linguística pode ser definida como “a arte de conduzir reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativos às línguas que importam para o povo de uma nação [...]” (Rajagopalan, 2009, p. 21). Diante disso, todo e qualquer cidadão, como bem assegura a Constituição Federal, promulgada em 1988, tem não só o direito, mas o dever de participar em condições absolutas de igualdade das decisões políticas de uma sociedade, independentemente de sua classe econômica, sexo, escolaridade, orientação sexual etc.

Segundo Silva (2013), pesquisas no campo da Política Linguística eram pouco difundidas. Tal lacuna pode se dar em virtude do pouco espaço reservado para questões de políticas linguísticas nos currículos dos cursos de Letras, uma vez que, são poucos as instituições de ensino que destinam uma disciplina específica acerca da temática em sua grade curricular.

Em consonância a isso, vislumbra-se que houve um avanço nas últimas décadas, sobretudo, devido ao contexto sociopolítico e econômico brasileiro e mundial, o que tem viabilizado discussões de questões pertinentes atreladas às políticas linguísticas, dentre elas, pesquisas sobre políticas para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e para línguas indígenas e de imigração. Não obstante, ainda são incipientes os estudos em língua portuguesa que se debruçam a investigar os temas supracitados, bem como os principais postulados teóricos e metodológicos da política linguística (Silva, 2013).

Desse modo, este ensaio busca apresentar um panorama geral das políticas linguísticas e analisar como as escolhas das palavras contribuem para a formação da identidade dos sujeitos. Para isso, será realizada uma revisão de literatura a fim de selecionar estudos pertinentes e relevantes que corroboram a construção deste texto.

A POLÍTICA LINGUÍSTICA: BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Considera-se que a Política Linguística, se comparada aos outros campos de estudos da área de Estudos da Linguagem, é um campo de investigação recente. Em virtude disso, ainda há divergências quanto a sua terminologia. Desse modo, enquanto alguns autores utilizam as expressões “Planejamento Linguístico” e “Política Linguística” separadamente, outros as incorporam de maneira conjunta. Além disso, outros termos, ao longo do tempo, também foram sugeridos, como “Engenharia Linguística” e “Tratamento linguístico”. No cenário brasileiro, é mais comum a utilização da terminologia políticas linguísticas, que considera todos os processos envolvidos, isto é, a política e o planejamento linguístico (Silva, 2013).

Para este trabalho, será incorporado como conceito de política linguística a definição de Kaplan e Baldauf Júnior (1997) *apud* Silva (2013), que diz:

[...] um conjunto de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visam implementar, na sociedade, grupo ou organização sociopolítica, as mudanças linguísticas planejadas. somente quando tal política existe é que algum tipo de avaliação efetiva do planejamento [linguístico] ocorre” (Kaplan e Baldauf Jr., 1997, p. xi *apud* Silva, 2013, p. 291).

A partir do excerto, observa-se que existe, portanto, uma diferenciação entre os conceitos de política linguística e planejamento linguístico, sendo este último mais associado às implementações realizadas pelo governo. Tal ideia também pode ser sustentada no seguinte trecho a seguir:

[...] a política linguística pode ser compreendida como as grandes decisões referentes à legislação da língua e sua prática na sociedade e o planejamento linguístico como a implementação destas decisões enquanto materialização destas discussões políticas. Portanto, estes dois conceitos formam um binômio indissociável, tendo em vista que a determinação de uma lei linguística idealmente deveria culminar na elaboração de um plano (Lora; Skodowski; Passoni, 2023, p. 17).

Além disso, Lora, Skodowski e Passoni (2023) destacam a relevância da política linguística por abordar as relações entre o poder e as línguas, interferindo diretamente em questões políticas, sociais e culturais e na sua utilização, status e aquisição das línguas na sociedade. Em síntese, políticas linguísticas visam assegurar os direitos de falantes de línguas minoritárias e comunidades linguísticas, a fim de que seu patrimônio cultural linguístico seja preservado. Atrelado a isso, a política linguística também é considerada um instrumento de gestão real e objetivo.

Desse modo, faz-se necessário também analisar e compreender como as políticas linguísticas estão relacionadas às escolhas das palavras, as quais contribuem para a formação da identidade dos sujeitos. Assim, o próximo tópico tratará especificamente disso.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS: (DES)CONSTRUINDO ESTIGMAS

Existem muitos termos que, ao serem incorporados e atribuídos a determinados sujeitos, podem ridicularizá-los ou excluí-los da sociedade, o que fere diretamente os

princípios da Constituição Federal, sobretudo, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Historicamente, pessoas acometidas por alguma doença mental sofreram diversos estigmas. Esses indivíduos eram subjugados e, muitas vezes, aprisionados em manicômios e excluídos da sociedade, sendo vítimas de violências físicas e/ou mentais, as quais ocorriam nos mais diversos espaços sociais e no campo político (Bueno, 2023; Santos; Miranda, 2015).

No período da Idade Média, pessoas com necessidades especiais eram tidas doentes e incapazes de aprender ou desenvolver habilidades na área do saber. Até o ano de 1496, com extrema violência, essas pessoas foram perseguidas e executadas, pois naquela época acreditavam que essas pessoas estavam com algum tipo de possessão demoníaca. Vinculado a isso, os mais cruéis crimes eram cometidos: os indivíduos eram queimados em praça pública, enforcados, afogados ou condenadas às prisões nos porões dos castelos que existiam no referido período. É importante frisar que no contexto histórico supracitado, a Igreja emanava forte influência nos padrões sociais que determinavam a ordem social vigente (Costas *et al.*, 2016; Silva Neto *et al.*, 2018).

Assim, termos e expressões, como “loucura”, por exemplo, estavam vinculados à cultura de cada sociedade. Na Grécia Antiga, por exemplo, para filósofos como Sócrates, a loucura, era encarada como um dos maiores bens, um favorecimento divino. Já na Idade Média, a intensificação do Cristianismo, os “loucos” passaram ser perseguidos pela santa inquisição que, ao taxa-los como bruxos, possuídos e heréticos eram sacrificados na fogueira, na forca e nas prisões (Bueno, 2023).

Na Idade Moderna, ocorreu a subvalorização das pessoas que eram acometidas por algum transtorno mental e a elas associadas o termo loucura, mas dessa vez, com outro sentido: o de incapacidade. Segundo Bueno (2023):

Aos possuidores de excesso de paixão, que têm uma vida insalubre e são incapazes de produtividade no âmbito laboral resta-lhes silenciarem-se e verem-se subjugados à nova ordem social: o tratamento moral baseado na normatividade médico-científica. Por mais de dois séculos essa será a epopeia da loucura ante o aparato que a passos largos se desenvolvia, isto é, a razão embasada nos conhecimentos científicos e

obstinada em curar os excessos provocados pela loucura para o bem da sociedade. O local destinado é o manicômio (Bueno, 2023, p. 23).

À luz das políticas linguísticas, observa-se, portanto, a multiplicidade de sentidos atribuídos à loucura, os quais estavam condicionadas as questões histórico-sociais de cada época. No cenário contemporâneo, vislumbra-se uma nova compreensão e um olhar mais humanizado para pessoas com sofrimento psíquico. Concebe-se o sujeito enquanto alguém autônomo e capaz de estabelecer relações sociais e afetivas, respeitando suas particularidades e singularidades.

Ressalta-se também que o estigma, o qual é definido por Goffman (1963) como uma forma de desqualificar o indivíduo e impedi-lo de ter uma aceitação social plena, se manifesta a partir do uso de palavras e expressões com sentidos pejorativos. Assim, o estigma se caracteriza como uma teia invisível de preconceitos, estereótipos e discriminação, sobretudo, em pessoas neurodivergentes, o que culmina na inviabilização da inclusão desses indivíduos em espaços de convivência.

O estigma se manifesta a partir de três aspectos principais: a desinformação e os mitos, discriminação e exclusão e a internalização e a autodepreciação. Assim, no que tange à desinformação, muitos estigmas e preconceitos surgem em decorrência da ausência de conhecimento ou da reprodução equivocadas de informações distorcidas, resultando em solidão e isolamento. Concernente à discriminação e exclusão, os danos culminam na restrição de direitos de pessoas neurodivergentes, as quais são julgadas com base em discursos de que são “preguiçosas” e/ou “desatentas” e, em virtude disso, não recebem o devido suporte pedagógico. Por fim, a internalização e autodepreciação decorrentes dos preconceitos sofridos faz o indivíduo acreditar no que é projetado sobre ele, o que influencia diretamente na manifestação de outros pontos negativos, como baixa autoestima, ansiedade, depressão e isolamento.

É nesse contexto que se insere as políticas linguísticas, uma vez que reivindicam os direitos de minorias que são negligenciadas pela sociedade. Assim, acredita-se que é possível tecer novas relações entre as políticas linguísticas e o campo da inclusão a partir da superação de terminologia e expressões que inviabilizam a identidade dos sujeitos, pois, como bem expressa Lora, Skodowski e Passoni (2023):

Deve-se atentar para a importância das políticas linguísticas com o objetivo de considerar cada situação e cada comunidade linguística a qual o falante pode pertencer. Neste sentido, as políticas linguísticas possuem papel fundamental na formação desta nova sociedade contemporânea, essencialmente, na escola de ensino básico, a qual inevitavelmente se insere no âmbito dos direitos e dos deveres de cada cidadão (Lora, Skodowski e Passoni, 2023, p. 29).

Portanto, vislumbra-se a complexidade e os nichos sociais que podem ser contemplados pelo campo da política linguística, como a política, a educação, e os diversos espaços que constituem a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio apresentou um breve panorama da política linguística, observando sua complexidade e seu campo de atuação. Além disso, discutiu como o estigma pode se manifestar a partir da escolha de palavras e termos pejorativos que, compulsoriamente, definem a identidade do sujeito de modo a excluí-lo da sociedade.

Por fim, essa discussão teórica realizou uma aproximação entre a política linguística e o campo da inclusão, demonstrando como ela relevante para diversas áreas e como é pertinente sua integração em áreas como a política, o ensino e até mesmo a saúde, visto que alguns conceitos inapropriados são atribuídos a pessoas neurodivergentes e, por meio das políticas linguísticas isso pode ser combatido desmistificado.

Ademais, sugere-se que novos estudos na área da inclusão sejam realizados, a fim de incorporar estratégias para ressignificar expressões e terminologias que afetam grupos minoritários.

REFERÊNCIAS

BUENO, R. C. Acompanhamento terapêutico e saúde mental: O cuidado pela clínica peripatética. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 25, n. 1, p. 22-35, 2023.

COSTA, D. F. da *et al.* Educação Inclusiva: Breve contexto histórico das mudanças de paradigmas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXVI, n. 000092, 2016.

GOFFMAN, E. ***Stigma: Notes on the management of spoiled identity***. Prentice-Hall. 1963.

LORA, Ane Caroline; SKODOWSK, Stefani Pacheco; PASSON, Taisa Pinetti. Políticas linguísticas no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 9, n. 23, 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal. **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, p. 19-42, 2013.

SANTOS, P. A. N. dos; MIRANDA, M. **O percurso histórico da reforma psiquiátrica até a volta para casa**. 2015. 18 f. Especialização em atenção básica à saúde mental – Escolha Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2015.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 52, p. 289-320, 2013.

SILVA NETO, A. de O. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.